

Bresser abandona deságio por juro baixo

Ministro admite que País já corre risco com dívida e prepara nova proposta

externa
São Paulo — A dificuldade em renegociar a dívida externa, reconhece o ministro Bresser Pereira, afasta o País do sistema financeiro internacional e limita os investimentos nacionais.

Por isso, empenha-se numa solução urgente e prepara nova proposta para apresentar aos credores. Desta vez, contudo, o ministro da Fazenda pretende manter em sigilo as linhas desse plano. Ontem, numa conversa com jornalistas em São Paulo, ele adiantou que seu projeto prevê a emissão de bônus da dívida externa com juros mais baixos e que o valor de face desses bônus será igual. Ou seja, confirmou ter abandonado a idéia do deságio sobre parte da dívida.

Na conversa ele também disse não temer uma explosão inflacionária na fase de flexibilização de preços, que oficialmente começa hoje. Seu raciocínio passa por reajustes salariais "moderados" — para que a demanda não seja excessivamente aquecida — e, em consequência, moderação também nos reajustes de preços, por falta de pressões de consumo. Esta é a íntegra da conversa do ministro, que ontem esteve pela primeira vez em São Paulo, depois de sua viagem aos Estados Unidos.

Qual é o próximo passo nas negociações da dívida externa?

O passo seguinte é o Brasil apresentar a sua proposta, porque não tínhamos proposta alguma. Agora o Brasil vai ter uma que representa um avanço substancial. É fundamental lembrarmos que a dívida

“ A inflação de setembro está perfeitamente sob controle, e em outubro deverá acontecer o mesmo. Acho que teremos inflação pequena mas real. Não vamos ter inflação zero. ”

externa é o problema estrutural mais grave que a economia brasileira enfrenta, pois nos afasta do sistema financeiro, impede nossos investimentos e provoca déficit público. Nós perdemos pelo menos 4 por cento do PIB em investimentos devido à dívida externa. Então é um problema que precisa de uma solução que signifique um avanço. A solução que a Argentina, México e Filipinas encontraram, que era um acordo com FMI e bancos de for-

ma convencional, não leva a absolutamente nada.

E qual é a nova proposta do Brasil?

Vocês esperem um pouco. Ninguém vai saber da nova proposta. Chega de confusões. Já foi explicado que a nova proposta na verdade não é nova. É a mesma que estávamos preparando desde sempre: ela contará com bônus com uma taxa de juros mais baixa, com valor de face igual (sem o deságio da proposta anterior rejeitada por James Baker, secretário do Tesouro dos Estados Unidos) e portanto representa um grande avanço.

A conversão da dívida ficará mais fácil?

Vai sair. Não sei se antes do dia 25, porque há um problema de tempo, mas certamente teremos um processo de conversão da dívida regulamentado. Terá seus limites. A conversão da dívida não é nenhuma panacéia, porque não traz recursos novos para o Brasil. Ela simplesmente direciona certos investimentos, cria uma espécie de subsídio pago pelos bancos, porque no fundo é o desconto que existe na dívida que torna sua conversão tão interessante para tanta gente.

O Sr. teme uma nova explosão inflacionária?

Eu acho que vocês já desistiram dessa idéia. Há uns 15 dias todos diziam isso, mas já se percebeu não ser verdade. A inflação de setembro está perfeitamente sob controle, e em outubro deverá acontecer o mesmo. Aquela falsa analogia que vinha-se fazendo entre o descongelamento do começo deste ano e o descongelamento de agora não se confirmou. Acho que teremos inflação pequena mas real. Não vamos ter inflação zero.

E os salários, vão acompanhar a inflação? O trabalhador tem a impressão que cada vez sobra mais mês ao final do salário.

Não está sobrando mais mês no fim do salário. Os trabalhadores precisam ter salários mais altos. Esse é um objetivo fundamental de toda a sociedade, do meu partido e do Governo Sarney. É importante, porém, que esses avanços sejam moderados, sejam aumentos que as empresas não precisem repassar, porque se houver o repasse, então automaticamente o trabalhador acaba não ganhando nada.

Na flexibilização será possível manter a inflação controlada?

Amanhã (hoje) começa oficialmente a fase de flexibilização. As empresas estão autorizadas a aumentos

de até 4,69 por cento desde que não sejam cipadas nem tenham os preços tabelados. Isso permite um certo desafogo. Já liberamos uma quantidade muito grande de setores e não está havendo explosão inflacionária. Realmente as coisas estão bem. Os salários são aumentados na mesma proporção e, portanto, acho que as coisas vão de acordo com o previsto.

Um jornal de São Paulo — o Jornal da Tarde — dá hoje como manchete que

“ A conversão da dívida externa não é nenhuma panacéia, porque não traz recursos novos para o Brasil. Ela simplesmente direciona certos investimentos ”

“Bresser continua”. Está mesmo difícil permanecer?

Eu acho que não. Essa manchete é ridícula.

O Sr. tem tido dificuldades em conter as solicitações abusivas de aumento das indústrias?

Não. Eu tenho a impressão que os empresários já estão começando a se acostumar com a idéia de que os reajustes que precisam são bem menores do que imaginavam. Há setores atrasados nos custos, mas a situação está longe de ser problemática. O primeiro semestre foi muito ruim para as empresas. Muitas tiveram prejuízos, não há dúvida, mas ele foi o pior período da história da economia. Neste segundo semestre as coisas estão engrenando. Tivemos um resultado muito ruim em julho em produção industrial, mas todas as indicações são de que em agosto e setembro a produção já está crescendo.

A dívida interna preocupa? Fala-se que o Governo não tem condições de pagá-la.

Isso não tem nenhum sentido. Hoje fui informado que um empresário responsável declarou que o Governo tinha a intenção de fazer um corte na dívida interna (essa declaração foi do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, que disse acreditar num “pequeno calote” por parte do Governo). Isto é um escândalo. Eu lamento muito que o empresário tenha coragem de fazer uma coisa dessas.